

SUMÁRIO

PARTE I DIREITO DO TRABALHO

CAPÍTULO I • INTRODUÇÃO AO DIREITO DO TRABALHO	43
1. Integração	43
1.1. Analogia. Aplicação analógica do art. 72, CLT	43
2. Princípios do Direito do Trabalho	46
2.1. Princípio da proteção ao trabalhador	46
2.1.1. Inaplicabilidade da arbitragem nos dissídios individuais trabalhistas.....	46
2.2. Princípio da igualdade	51
2.2.1. Empregado público que exerce atividade típica de servidor público estatutário. Regimes jurídicos distintos. Diferenças salariais. Devidas. Aplicação do princípio da isonomia.....	51
2.3. Princípio da alteridade	54
2.3.1. Ressarcimento aos empregados das despesas com lavagem de uniformes	54
2.4. Princípio da inalterabilidade contratual lesiva	57
2.4.1. Automação de serviços. Aproveitamento do empregado em função diversa, com acréscimo da jornada de trabalho. Licitude	57
2.4.2. Empregado que nunca foi submetido à jornada de trabalho inicialmente contratada. Determinação de retorno à jornada original. Alteração lícita	61
3. Renúncia e Transação.....	66
3.1. Irrenunciabilidade de direitos trabalhistas	66
3.1.1. Complementação de aposentadoria. Opção pelo novo plano CEEEPREV. Efeitos. Validade da adesão às novas regras	66
3.1.2. Adesão a novo plano de cargos e salários condicionada à desistência das ações propostas.....	72
CAPÍTULO II • SUJEITOS DA RELAÇÃO DE TRABALHO	79
1. Relações Empregatícias Especiais.....	79
1.1. Empregado rural	79
1.1.1. Contrato de trabalho em curso quando da publicação da Emenda Constitucional nº 28/2000. Ação ajuizada após cinco anos da vigência da referida emenda.	79
1.1.2. Atividade de corte de cana-de-açúcar. Pausa para descanso. Obrigatoriedade. Aplicação analógica do art. 72 da LCT	81
1.2. Proteção do trabalho da mulher	81
1.2.1. Estabilidade da gestante. Gravidez no aviso-prévio. Possibilidade.....	81

1.3.	Bancário.....	87
1.3.1.	Banco postal. Enquadramento como bancário. Impossibilidade.....	87
1.3.2.	Transporte de valores. Adicional de risco.....	90
1.3.3.	Jornada do bancário.....	92
1.3.3.1.	Gerente geral de agência.....	92
1.3.3.2.	Pré-contratação de horas extras. Horas extras ajustadas em momento posterior ao da admissão. Inexistência de vínculo com a prestação de serviço extraordinário. Natureza jurídica de salário propriamente dito. Supressão. Prescrição parcial....	95
1.3.3.3.	Pré-contratação de horas extras. Horas extraordinárias. Contratação após admissão.....	98
1.3.3.4.	Sábado do bancário. Divisor. Norma coletiva. Consideração, ou não, do sábado como dia de descanso semanal remunerado	101
1.3.3.5.	Norma coletiva. Repercussão das horas extras na remuneração do sábado. Reconhecimento do sábado como descanso semanal remunerado	103
1.3.3.6.	Norma coletiva que prevê a repercussão das horas extras habituais no sábado. Alteração da natureza jurídica de dia útil não trabalhado para dia de repouso semanal remunerado	103
1.3.3.7.	Incidente de Recursos de Revista Repetitivos. “Tema nº 0001 – Bancário. Salário-hora. Divisor. Forma de cálculo. Empregado mensalista”	107
1.3.3.8.	Advogado de banco	111
1.3.3.9.	Efeitos da anistia na jornada do bancário	116
1.3.3.10.	Ausência de fidúcia. Horas extras devidas. Compensação com a gratificação de função indevida.....	121
1.3.4.	Situações especiais dos bancários da Caixa Econômica Federal.....	123
1.3.4.1.	Termo de opção pela jornada de oito horas declarado inválido. Gratificação de função percebida por mais de dez anos. Incorporação. Impossibilidade	123
1.3.4.2.	Jornada de seis horas assegurada mediante norma interna. Alteração da jornada para oito horas por força do Plano de Cargos em Comissão de 1998. Prescrição parcial.....	128
1.3.4.3.	Horas extraordinárias. Gerente bancário. Jornada de seis horas assegurada mediante norma interna. Alteração da jornada para oito horas por força do Plano de Cargos em Comissão de 1998. Prescrição parcial	132
1.3.5.	Responsabilidade civil.....	132
1.3.5.1.	Monitoramento de contas bancárias.....	132
1.3.6.	Quebra de caixa	137
1.4.	Professor	140
1.4.1.	Intervalos intrajornada.....	140
1.4.1.1.	Intervalo para recreio. Tempo à disposição do empregador....	140
1.4.2.	Redução do número de aulas.....	142
1.4.2.1.	Redução do número de horas-aula. Prescrição total.....	142
1.5.	Empregados públicos.....	146
1.5.1.	Término do contrato de trabalho	146

1.5.1.1.	Sucessão do BEC – Banco do Estado do Ceará S/A pelo Banco Bradesco S/A. Dever de motivação. Ilegalidade	146
1.5.1.2.	Contrato de experiência. Dispensa imotivada. Impossibilidade.....	153
1.5.2.	Concurso público	157
1.5.2.1.	Formação de cadastro reserva. Advogado. Contratação de advogados terceirizados. Preterição de candidatos aprovados ...	157
1.5.2.2.	Notificação pessoal após longo lapso temporal.....	159
1.5.2.3.	PNE. Esclerose múltipla	162
1.5.3.	FGTS.....	166
1.5.4.	Jornada de trabalho	169
1.5.4.1.	Servidor público submetido ao regime da CLT. Empregado que nunca foi submetido à jornada de trabalho inicialmente contratada. Determinação de retorno à jornada original. Alteração lícita.....	169
1.6.	Petroleiros	169
1.6.1.	Reflexos das horas extras nos repousos previstos no art. 3º, V, da Lei nº 5.811/72.....	169
1.7.	Menor.....	174
1.7.1.	Aprendizagem	174
2.	Relações de Trabalho que não Configuram Vínculo Empregatício	177
2.1.	Trabalhador avulso.....	177
2.1.1.	Trabalhador avulso portuário. Invalidez de norma coletiva que prevê o não pagamento de salário “in natura”, horas “in itinere” e horas paradas de qualquer natureza.....	177
2.1.2.	Trabalhador portuário. Adicional noturno. Integração na base de cálculo das horas extras.....	180
2.1.3.	Trabalhador portuário avulso. Prescrição bienal e quinquenal.....	185
2.2.	Estágio	194
2.2.1.	Prescrição.....	194
2.3.	Servidor público estatutário	197
2.3.1.	Reposicionamento na carreira e estágio probatório.....	197
2.3.2.	Aposentadoria	201
2.3.3.	Filho portador de deficiência. Jornada especial sem compensação de horário. Ausência de direito líquido e certo.....	209
2.3.4.	Magistrado. Processo administrativo disciplinar	213
2.3.5.	Reajustes salariais	221
2.3.6.	Gratificação de atividade judiciária	223
3.	Empregador	225
3.1.	Grupo econômico.....	225
3.1.1.	Teoria hierárquica ou vertical.....	225
3.1.1.1.	Sócios comuns	225
3.1.1.2.	Ocupação do mesmo espaço físico	230
3.1.2.	Preposto.....	235
3.2.	Sucessão empresarial.....	240
3.2.1.	Cisão	240
3.3.	Poderes do empregador.....	244
3.3.1.	Revistas	244

3.3.1.1.	Revista pessoal de controle. Apalpamento de partes do corpo do empregado. Toques na cintura	244
3.3.1.2.	Revista em pertences de empregados. Esvaziamento de bolsas e sacolas. Impessoalidade. Ausência de contato físico.....	251
3.3.1.3.	Cláusula que autoriza a inspeção pessoal que não acarrete toque em qualquer parte do corpo do empregado ou retirada de sua vestimenta e proíbe a instalação de câmeras de vídeo nos banheiros e vestiários	258
CAPÍTULO III • TERCEIRIZAÇÃO		267
1.	Fraude.....	267
1.1.	Atividade-fim. <i>Call Center</i>	267
1.2.	Atividade-fim bancária. Dano moral coletivo.....	272
2.	Terceirização na Administração Pública.....	283
2.1.	Multa administrativa. Descumprimento do art. 41 da CLT. Falta de registro de empregados. Terceirização ilícita. Empresa tomadora integrante da administração pública indireta	283
2.2.	Danos morais coletivos por terceirização ilícita	298
2.3.	Responsabilidade solidária na terceirização ilícita na Administração Pública	303
3.	Isonomia Salarial	310
3.1.	Vínculo empregatício reconhecido com a empresa tomadora de serviços. Isonomia salarial	310
3.2.	Piso salarial previsto em norma coletiva firmada com empresa tomadora de serviços. Aplicação ao empregado terceirizado que labora na atividade fim	312
3.3.	Exigência de identidade de funções e não de tarefas.....	316
CAPÍTULO IV • CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO		321
1.	Elementos do Contrato de Trabalho	321
1.1.	Nulidades do contrato de trabalho	321
1.1.1.	Ausência de concurso público.....	321
1.2.	Formação do contrato de trabalho.....	325
1.2.1.	Temporário.....	325
2.	Classificação dos Contratos de Trabalho.....	328
2.1.	Contratos a termo.....	328
2.1.1.	Temporário.....	328
2.1.1.1.	Lei nº 6.019/74. Rescisão antecipada. Indenização prevista no art. 479 da CLT.....	328
3.	Alteração do Contrato.....	332
3.1.	Alteração da jornada de trabalho	332
3.1.1.	Automação de serviços. Aproveitamento do empregado em função diversa, com acréscimo da jornada de trabalho. Licitude.....	332
3.2.	Transferência.....	332
3.2.1.	Controvérsia quanto ao lapso temporal da última transferência.....	332
3.3.	Promoções	338
3.3.1.	Promoção por antiguidade	338
3.3.1.1.	Compensação das progressões previstas no Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) com as oriundas de norma coletiva.....	338

3.3.1.2.	Critérios previstos em norma interna. Necessidade de deliberação da diretoria. Condição puramente potestativa.....	339
3.3.1.3.	Promoção por antiguidade atrelada à promoção por merecimento. Ausência de regulamentação. Condição puramente potestativa	343
4.	Suspensão e interrupção do contrato de trabalho.....	346
4.1.	Suspensão	346
4.1.1.	Dispensa por justa causa no curso da suspensão	346
CAPÍTULO V • DURAÇÃO DO TRABALHO		351
1.	Jornada de Trabalho.....	351
1.1.	Cartões de ponto sem assinatura. Validade	351
1.2.	Tempo à disposição	354
1.2.1.	Espero pelo transporte fornecido pela empresa.....	354
1.2.2.	Professor. Intervalo para recreio. Tempo à disposição do empregador...	358
2.	Horas <i>In Itinere</i>	358
2.1.	Exclusão mediante instrumento coletivo.....	358
3.	Sobreaviso e Prontidão	364
3.1.	Horas excedentes ao limite máximo estabelecido em lei. Pagamento como horas extraordinárias. Impossibilidade. Ausência de previsão	364
4.	Turnos Ininterruptos de Revezamento.....	367
4.1.	Norma coletiva. Fixação da jornada de trabalho em 8 horas diárias. Intervalo intrajornada parcialmente concedido	367
4.2.	Regime de 4X2. Norma coletiva. Fixação de jornada superior a oito horas. Invalidez.....	368
4.3.	Regime 12x36 e turnos ininterruptos de revezamento	371
5.	Jornada do Bancário	371
6.	Trabalho Extraordinário	371
6.1.	Horas extraordinárias. Contratação após admissão.....	371
6.2.	Pagamento desvinculado da prestação de serviço suplementar. Fraude. Discussão que não envolve a pré-contratação de horas extras.....	371
6.3.	Contrato nulo. Empregado sem concurso público. Base de cálculo.....	374
6.4.	Sobreaviso e prontidão	375
7.	Compensação.....	375
7.1.	Regime de compensação de jornada. Trabalho aos sábados em uma semana por mês.....	375
CAPÍTULO VI • PERÍODOS DE DESCANSO (INTERVALOS, DSR E FÉRIAS)		379
1.	Intervalo Intrajornada.....	379
1.1.	Supressão parcial e pagamento de todo o período correspondente.....	379
1.2.	Redução por negociação coletiva mediante autorização genérica do órgão do TEM.....	381
1.3.	Turnos ininterruptos de revezamento. Norma coletiva. Fixação da jornada de trabalho em 8 horas diárias. Intervalo intrajornada parcialmente concedido.....	382
1.4.	Excesso de jornada. Período anterior à Lei n.º 8.923/94 (§ 4º no art. 71 da CLT)	382
1.5.	Professor. Intervalo para recreio. Tempo à disposição do empregador	385
2.	Férias	385

2.1.	Férias não gozadas. Licença remunerada superior a trinta dias. Terço constitucional.....	385
3.	Descanso semanal remunerado	388
3.1.	Regime de trabalho 5X1. Descanso semanal remunerado. Coincidência com o domingo a cada sete semanas.....	388
3.2.	Cargo de confiança.....	393
CAPÍTULO VII • RETRIBUIÇÃO PELO TRABALHO.....		399
1.	Salário e Remuneração.....	399
1.1.	Salário proporcional à jornada	399
1.2.	Diferenças salariais por acúmulo de função	407
1.2.1.	Motorista e cobrador	407
2.	Gorjetas e Gueltas.....	411
2.1.	Gorjetas. Cláusula de acordo coletivo que prevê a retenção e o rateio de parte dos valores arrecadados.....	411
2.2.	Gueltas. Bonificações pagas por terceiros em virtude do contrato de trabalho. Natureza jurídica salarial.....	415
3.	Parcelas Salariais	418
3.1.	Adicionais salariais	418
3.1.1.	Adicional de Transferência.....	418
3.1.1.1.	Controvérsia quanto ao lapso temporal da última transferência.....	418
3.1.2.	Adicional de insalubridade	418
3.1.2.1.	Contato com pessoas portadoras de doenças infectocontagiosas	418
3.1.2.2.	Contato com menores infratores	426
3.1.2.3.	Limpeza de quartos e coleta de lixo em hotel.....	429
3.1.2.4.	Base de cálculo. Piso salarial estabelecido em convenção coletiva. Impossibilidade. Ausência de norma expressa especificando a base de cálculo	436
3.1.2.5.	Agente comunitário de saúde. Adicional de insalubridade. Indevido	441
3.1.2.6.	Base de cálculo. Piso salarial estabelecido em convenção coletiva. Impossibilidade. Ausência de norma expressa especificando a base de cálculo	446
3.1.2.7.	Adicional de insalubridade cumulado com adicional de periculosidade	453
3.1.3.	Adicional de periculosidade.....	464
3.1.3.1.	Armazenamento de líquido inflamável em estrutura independente do local da prestação de serviços.....	464
3.1.3.2.	Transporte de combustível inflamável. Tanque reserva para consumo próprio. Armazenamento superior ao limite mínimo	470
3.1.3.3.	Concessão aos servidores da administração pública centralizada. Impossibilidade de extensão aos empregados da Funap	473
3.1.3.4.	Vigilantes.....	474
3.1.4.	Adicional noturno.....	480

3.1.4.1.	Percentual superior ao legal para as horas trabalhadas de 22h às 5h. Incidência sobre as horas prorrogadas no horário diurno.....	480
3.1.5.	Adicional de risco.....	484
3.1.5.1.	Bancário. Transporte de valores	484
3.1.5.2.	Concessão mediante sentença normativa.....	485
3.1.6.	Adicional por tempo de serviço.....	488
3.1.5.1.	Parcela “sexta parte”	488
3.2.	Gratificações.....	490
3.2.1.	Gratificação de função.....	490
3.2.1.1.	Redução em razão de transferência a pedido.....	490
3.2.1.2.	Períodos descontínuos	494
3.2.1.3.	Empregado que optou por não aderir ao plano de carreira do banco sucessor.....	503
3.3.	Diárias.....	514
3.3.1.	Depósito em conta corrente. Prestação de contas.....	514
3.4.	Comissões.....	518
3.3.1.	Comissões x prêmios ou bônus.....	518
4.	Parcelas sem Natureza Salarial	523
4.1.	Direito de arena.....	523
4.2.	Honorários advocatícios de sucumbência	528
4.3.	Participação nos lucros e resultados.....	531
4.3.1.	Descumprimento de meta estabelecida em acordo coletivo. Pagamento indevido. Prêmio em valor equivalente ao da PLR. Concessão exclusiva a uma das unidades da empresa. Medida discriminatória.....	531
4.3.2.	Estipulação de requisito que não revela os índices individuais de produtividade, qualidade ou lucratividade da empresa. Benefício que mais se aproxima de um prêmio	536
4.4.	Fraude. Ressarcimentos com despesas de veículos.....	541
5.	Garantias de Proteção ao Salário	548
5.1.	Intangibilidade salarial	548
5.1.1.	Acordo coletivo. Seguro de vida. Custeio. Rateio entre empregador e empregados. Desconto em folha. Autorização individual de cada empregado. Necessidade	548
5.2.	Correção monetária.....	552
5.2.1.	Índice de correção monetária aplicável aos créditos trabalhistas. Expressão “equivalentes à TRD” contida no artigo 39 da lei nº 8.177/91....	552
5.2.2.	Atualização de débito trabalhista. Incidência da taxa de juros do cheque especial em substituição à taxa de juros prevista no § 1º do art. 39 da Lei nº 8.177/91.....	559
5.2.3.	Contribuição previdenciária. Fato gerador. Créditos trabalhistas reconhecidos em juízo após as alterações no artigo 43 da Lei nº 8.212/91....	562
6.	Isonomia e Equiparação Salarial.....	566
6.1.	Quadro de carreira. Empresa privada. Ausência de homologação pelo Ministério do Trabalho. Convalidação por instrumento coletivo. Validade	566
6.2.	Equiparação salarial em cadeia. Tempo de serviço na função. Confronto com o paradigma remoto. Irrelevância.....	570
6.3.	Terceirização ilícita. Isonomia salarial.....	579
6.4.	Salário substituição.....	579

7.	Complementação de Aposentadoria	583
7.1.	Norma interna. Reajuste pelos índices adotados pelo INSS. Aumento real	583
7.2.	Responsabilidade pela recomposição da reserva matemática	587
7.3.	Reajuste pelo IGP-DI conforme previsto no Plano Pré-75 do Banesprev. Impossibilidade. Ausência de adesão.....	590
7.4.	Manutenção do vínculo empregatício após a aposentadoria pelo INSS. Desligamento definitivo. Condição para o recebimento da complementação	596
CAPÍTULO VIII • ESTABILIDADE E GARANTIAS DE EMPREGO		607
1.	Período Eleitoral.....	607
1.1.	Estabilidade provisória. Concessão no período de projeção do aviso prévio indenizado. Possibilidade.....	607
1.2.	Aplicação às empresas públicas e sociedades de economia mista que materialmente prestam serviços públicos	612
2.	Estabilidade do Dirigente Sindical	617
2.1.	Empregado contratado para exercer única e exclusivamente função de confiança....	617
2.2.	Registro do sindicato no Ministério do Trabalho e Emprego. Desnecessidade.....	621
3.	Gestante	628
3.1.	Gravidez no curso do aviso prévio	628
4.	Cipeiro	628
4.1.	Término da obra.....	628
CAPÍTULO IX • FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO – FGTS		633
1.	Cargo em comissão de livre nomeação e exoneração. Depósitos do FGTS devidos	633
2.	Invalidez de cláusula normativa que estabelece previamente redução da multa do FGTS	633
CAPÍTULO X • SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO (MEIO AMBIENTE DE TRABALHO), DANO MORAL NA RELAÇÃO DE TRABALHO E RESPONSABILIDADE CIVIL EM GERAL		639
1.	Responsabilidade Civil	639
1.1.	Acidente de trabalho	639
1.1.1.	Acidente de trabalho. Concausa	639
1.1.2.	Dono da obra. Responsabilidade solidária	643
1.1.3.	Cobrador de ônibus. Roubo com uso de arma de fogo. Responsabilidade civil objetiva do empregador	649
1.1.4.	Acidente de trânsito. Coleta de lixo urbano. Retorno do aterro sanitário. Morte do empregado. Responsabilidade objetiva. Atividade de risco	657
1.2.	Danos morais e materiais (exceto acidente de trabalho).....	661
1.2.1.	Apelidos pejorativos. Danos morais	661
1.2.2.	Atraso salarial. Danos morais.....	664
1.2.3.	Atraso nas verbas rescisórias	667
1.2.4.	Certidão de antecedentes criminais. Danos morais.....	669
1.2.5.	CTPS.....	674
1.2.5.1.	Anotação desabonadora na CTPS	674
1.2.5.2.	Ausência de anotação.....	675

1.2.6.	Despedida por justa causa revertida em juízo	680
1.2.7.	Limitação ao uso do banheiro	687
1.2.8.	Revistas	692
1.2.8.1.	Revista pessoal de controle. Apalpamento de partes do corpo do empregado. Toques na cintura	692
1.2.8.2.	Revista em pertences de empregados. Esvaziamento de bolsas e sacolas. Impessoalidade. Ausência de contato físico.....	693
1.2.9.	Não preenchimento da cota de deficientes.....	693
1.2.10.	Transporte de valores.....	704
1.2.11.	Uso de imagem. Ausência de autorização do empregado.	709
1.2.12.	Barreira sanitária.....	712
1.3.	Aspectos ligados à indenização	714
1.3.1.	Pensionamento	714
1.3.1.1.	Incapacidade total para o exercício do ofício ou profissão antes exercido.....	714
1.3.1.2.	Perda parcial da capacidade laborativa. Possibilidade de pleno restabelecimento. Pensão vitalícia. Devida.....	718
1.3.1.3.	Doença ocupacional. Indenização. Pensão mensal vitalícia. Pagamento em parcela única. Art. 950 do CC.....	720
1.3.2.	Compensação com seguro de vida.....	724
1.3.3.	Fixação do <i>quantum</i> indenizatório.....	727
1.4.	Contagem e prazo prescricional aplicável	730
1.4.1.	<i>Actio nata</i> . Indenização por danos morais e materiais. Ação criminal proposta pelo empregador após a dispensa por justa causa.....	730
1.4.2.	Norma de regência vigente na data da lesão ou da ciência inequívoca do evento danoso. Prescrição trabalhista versus prescrição cível.....	734
1.4.3.	Demanda proposta por empregador em face de ex-empregado. Lesão ocorrida antes da vigência da Emenda Constitucional nº 45, de 30 de dezembro de 2004.....	737
1.4.4.	Laudo pericial emitido há mais de vinte anos da extinção do contrato de trabalho. Prescrição. Marco inicial.....	739
CAPÍTULO XI • AVISO-PRÉVIO		743
1.	Superveniência de Auxílio Doença.....	743
1.1.	Superveniência de auxílio-doença. Estabilidade provisória. Efeitos exclusivamente financeiros. Inviável a reintegração	743
2.	Gravidez.....	746
2.1.	Estabilidade provisória. Concessão. Gravidez no curso do aviso prévio.....	746
3.	Aviso Prévio Indenizado.....	746
3.1.	Estabilidade provisória. Concessão no período de projeção do aviso prévio indenizado. Possibilidade.....	746
3.2.	Adesão a programa de demissão voluntário instituído no curso do período de aviso prévio indenizado.....	747
CAPÍTULO XII • TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO		751
1.	Dever de Motivação na Dispensa.....	751
1.1.	Administração pública.....	751

1.1.1.	Sucessão do BEC – Banco do Estado do Ceará S/A pelo Banco Bradesco S/A. Dever de motivação. Ilegalidade	751
1.1.2.	Concurso público. Contrato de experiência. Dispensa imotivada. Impossibilidade.....	752
2.	"Pedido" de Demissão.....	752
2.1.	Empregado com mais de um ano de serviço. Assistência sindical e homologação da rescisão do contrato de trabalho	752
2.2.	Demissão apresentada por trabalhador dependente químico. Recusa do sindicato à homologação do pedido de desligamento.	756
3.	Dispensa por Justa Causa	759
3.1.	Efeitos da sentença penal no juízo trabalhista.....	759
3.2.	Desídia. Princípios da proporcionalidade e gradação da pena.....	762
3.3.	Alegação de desídia e mau procedimento.....	764
4.	Dispensa Discriminatória.....	767
4.1.	Retorno do afastamento previdenciário.....	767
4.1.1.	Trabalhadora dispensada logo após retornar de afastamento previdenciário. Ato da empresa tido como tratamento discriminatório	767
4.2.	Portador do vírus HIV.....	774
4.2.1.	Estigma ou preconceito. Presunção relativa.....	774
4.3.	Idoso.....	777
4.3.1.	Rescisão do contrato, sem justa causa, ao completar 70 anos de idade ...	777
4.3.2.	Dispensa discriminatória em razão da idade	781
5.	Multa do 477, § 8º da CLT.....	787
5.1.	Pagamento tardio da indenização compensatória de 40% sobre o FGTS.....	787
5.2.	Atraso no pagamento em razão de falecimento do empregado	791
5.3.	Parcelamento das verbas rescisórias.....	795

CAPÍTULO XIII • PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA 801

1.	Prescrição	801
1.1.	Prescrição total.....	801
1.1.1.	Professor. Redução do número de horas-aula. Prescrição total.....	801
1.1.2.	Exclusão do empregado e dependentes do quadro de beneficiários do plano de saúde e da entidade de previdência privada. Fluência do prazo prescricional	801
1.1.3.	Parcela única devida por ocasião da aposentadoria em razão de norma interna	804
1.1.4.	Participação nos lucros e resultados. Regularidade formal dos acordos que alteraram as regras. Ato único do empregador.	807
1.2.	Prescrição parcial	812
1.2.1.	Gerente bancário. Jornada de seis horas assegurada mediante norma interna. Alteração da jornada para oito horas por força do Plano de Cargos em Comissão de 1998. Prescrição parcial.....	812
1.2.2.	Horas extras. Jornada de 6 horas diárias assegurada pelo PCS/89. Pretensão de manutenção do pagamento das horas extraordinárias por força de previsão constante no PCS/98. Prescrição parcial.....	813
1.2.3.	Horas extras ajustadas em momento posterior ao da admissão. Inexistência de vínculo com a prestação de serviço extraordinário.....	815

1.2.4.	Salário variável. Previsão em cláusula contratual. Inobservância. Diferenças.....	815
1.2.5.	Anuênios. Previsão originária em norma regulamentar interna. Incorporação ao contrato de trabalho. Supressão posterior. Ausência de renovação em norma coletiva.....	817
1.2.6.	Plano de cargos e salários instituído mediante lei municipal. Aplicação limitada aos professores admitidos após a sua vigência. Pretensão de aplicação dos benefícios aos professores admitidos antes da introdução do novo PCS. Princípio da isonomia	819
1.2.7.	Gratificação de função. Diferenças decorrentes de reajustes salariais previstos em normas coletivas. Descumprimento. Lesão continuada. Prescrição parcial.	822
1.3.	Prazo prescricional aplicável.....	829
1.3.1.	Ação de reparação de danos materiais. Demanda proposta por empregador em face de ex-empregado. Lesão ocorrida antes da vigência da Emenda Constitucional nº 45, de 30 de dezembro de 2004	829
1.3.2.	Acidente do trabalho ou doença profissional. Prescrição. Norma de regência vigente na data da lesão ou da ciência inequívoca do evento danoso. Prescrição trabalhista versus prescrição cível	829
1.3.3.	Relação de estágio	830
1.3.4.	Atletas	830
1.4.	Contagem do prazo prescricional.....	834
1.4.1.	Ação criminal proposta pelo empregador após a dispensa por justa causa. <i>Actio nata</i> . Indenização por danos morais e materiais.....	834
1.4.2.	Laudo pericial emitido há mais de vinte anos da extinção do contrato de trabalho. Prescrição. Marco inicial.....	835
1.5.	Prescrição quinquenal.....	835
1.5.1.	Alcance	835
1.7.	Prescrição bienal.....	837
1.7.1.	Controvérsia sobre o vínculo de emprego.....	837
1.7.	Interrupção do prazo prescricional.....	840
1.7.1.	Identidade formal dos pedidos. Ausência de identidade substancial.....	840

CAPÍTULO XIV • DIREITO COLETIVO DO TRABALHO 845

1.	Normas Coletivas.....	845
1.1.	Depósito no órgão competente.....	845
2.	Organização Sindical Brasileira.....	849
2.1.	Receitas sindicais.....	849
2.1.1.	Contribuições assistenciais em favor de entidade de serviço social e de formação profissional.....	849
2.1.2.	Contribuição sindical patronal. Holding pura. Ausência de empregados. Não recolhimento.	852
2.2.	Condutas antissindicais	863
2.2.1.	Ato coator que proíbe o sindicato de qualquer intermediação de mão de obra entre avulsos e tomadores de serviço.....	863
2.2.2.	Financiamento sindical	865
2.3.	Enquadramento sindical.....	870
2.3.1.	Princípio da especificidade.....	870

3. (In)Validade de Normas Coletivas	876
3.1. Redução do intervalo intrajornada por acordo ou convenção coletiva. Autorização genérica. Invalidez	876
3.2. Fixação da jornada de trabalho em 8 horas diárias em turnos ininterruptos de revezamento. Intervalo intrajornada parcialmente concedido.....	880
3.3. Horas <i>in itinere</i> . Supressão por meio de norma coletiva.....	882
3.4. Turnos ininterruptos de revezamento. Regime de 4X2. Norma coletiva. Fixação de jornada superior a oito horas. Invalidez.....	882
3.5. FGTS. Cláusula normativa que reduz a multa de 40% para 20% e estabelece de antemão a existência de culpa recíproca.....	883
3.6. Cláusula que autoriza a inspeção pessoal que não acarrete toque em qualquer parte do corpo do empregado ou retirada de sua vestimenta e proíbe a instalação de câmeras de vídeo nos banheiros e vestiários.....	883
3.7. Cláusula de instrumento normativo que estabelece como indenizatória a natureza da parcela paga a título de aluguel do veículo do próprio trabalhador	884
3.8. Gorjetas. Cláusula de acordo coletivo que prevê a retenção e o rateio de parte dos valores arrecadados. Invalidez.....	884
3.9. Atestado Médico. Exigência da inserção da Classificação Internacional de Doenças – CID.....	885
3.10. Participação nos Lucros e Resultados. Estipulação de requisito que não revela os índices individuais de produtividade, qualidade ou lucratividade da empresa. Benefício que mais se aproxima de um prêmio	890
3.11. Cláusula de convenção coletiva. Contratos de experiência sucessivos. Vedação apenas aos empregados que já tenham trabalhado anteriormente na mesma empresa e na mesma função por prazo superior a um ano	891
3.12. Turnos ininterruptos de revezamento. Regime de 4X2. Norma coletiva. Fixação de jornada superior a oito horas. Invalidez.....	892
3.13. Tíquete-alimentação. Valores diferenciados. Previsão em norma coletiva. Validade	893
3.14. Gorjetas. Cláusula de acordo coletivo que prevê a retenção e o rateio de parte dos valores arrecadados. Invalidez.....	896
3.15. Regime 12x36 e turnos ininterruptos de revezamento. Alternância. Invalidez da norma coletiva	896
3.16. Trabalhador portuário avulso. Norma coletiva. Previsão de não pagamento de salário in natura, horas <i>in itinere</i> e horas paradas de qualquer natureza. Invalidez	900
3.17. Terceirização. Atividade fim. Cláusula normativa proibitiva. Validade.....	901
3.18. FGTS. Cláusula normativa que reduz a multa de 40% para 20% e estabelece de antemão a existência de culpa recíproca. Invalidez.....	904
3.19. Aluguel de veículo do próprio empregado. Parcela de natureza indenizatória. Cláusula inválida. Fraude aos direitos dos trabalhadores	905
3.20. Horas <i>in itinere</i> . Supressão por meio de norma coletiva. Concessão de outras vantagens aos empregados. Invalidez	905
3.21. Ação anulatória. Acordo coletivo. Seguro de vida. Custeio. Rateio entre empregador e empregados. Desconto em folha. Autorização individual de cada empregado. Necessidade	906
3.22. Trabalho externo. Norma coletiva. Horas extras. Pagamento limitado a cinquenta horas mensais. Invalidez. Existência de controle de jornada. Supressão de direitos fundamentais do empregado	906

3.23.	Entidade filantrópica. Salários. Elastecimento da data de pagamento para além do prazo fixado na CLT. Acordo coletivo. Validade.....	910
3.24.	Dissídio coletivo. Comissão de sindicância. Participação obrigatória do sindicato profissional. Impossibilidade. Cláusula excluída.....	917
3.25.	Horas extras. Redução. Súmula nº 291 do TST. Direito à indenização afastado por negociação coletiva. Impossibilidade.....	919
3.26.	Acordo direto entre empregados e a empresa.....	922
3.27.	Hora noturna. Não observância da redução ficta legal (art. 73, § 1º, da CLT). Possibilidade. Teoria do conglobamento.....	926
3.28.	Exclusão do cômputo da jornada e do cálculo das horas extras.....	931
4.	Greve.....	937
4.1.	Abusividade da greve.....	937
4.1.1.	Greve política. Abusividade material.....	937
4.1.2.	Greve deflagrada na vigência de sentença normativa.....	943
4.1.3.	Celebração de ajuste entre as partes. Ratificação do interesse na declaração de abusividade da greve.....	949
4.2.	Greve não abusiva.....	955
4.2.1.	Garantia de emprego.....	955
4.3.	Dias parados.....	959
4.3.1.	Dias não trabalhados. Descontos salariais. Norma regulamentar autorizadora. Termos aditivos ao acordo e à convenção coletiva que vedaram os descontos. Prevalência.....	959

PARTE II

PROCESSO DO TRABALHO

CAPÍTULO I • COMPETÊNCIA.....	967
1. Competência Material.....	967
1.1. Honorários advocatícios.....	967
1.2. Empregado público.....	971
1.3. Complementação de aposentadoria.....	973
1.4. Complementação de aposentadoria após novo entendimento do STF.....	976
1.5. Execução de contribuição previdenciária de salário “por fora”.....	980
1.6. Demanda envolvendo a administração pública e servidor. Admissão sem concurso público. Relação jurídico-administrativa. Competência da Justiça comum.....	986
1.7. Contrato de estágio com entes da Administração Pública.....	989
1.8. Ato do Superintendente Regional do Trabalho. Seguro-desemprego. Não concessão. Matéria de natureza administrativa.....	999
1.9. Reajuste dos honorários repassados pelas operadoras de plano de saúde aos médicos credenciados. Relação de trabalho não configurada.....	1005
1.10. Caminhoneiro. Ausência de relação de emprego ou de trabalho com a empresa que mantém terminais de carga e des-carga. Questões de saúde, segurança e higiene do trabalho.....	1012
1.11. Aprovação em concurso público. Preterição. Contratação de terceirizados. Fase pré-contratual.....	1015
1.12. Licença para o exercício de comércio ambulante em local público municipal administrado por concessionária de rodovia estadual.....	1019

2.	Competência em Razão do Lugar	1021
2.1.	Ação movida por viúva e filhos menores. Pretensão deduzida em nome próprio. Local do domicílio dos reclamantes	1021
2.2.	Dissídio individual típico.....	1026
2.3.	Dissídio individual típico. Não demonstração de que a empresa demandada presta serviços em diferentes localidades do país.....	1030
2.4.	Dissídio individual típico. Empresa demandada presta serviços em diferentes localidades do país	1035
2.5.	Domicílio do advogado.....	1039
2.7.	Fase pré-contratual.....	1048
3.	Competência Funcional.....	1054
3.1.	Ação de ressarcimento por danos materiais cumulada com obrigação de fazer. Hipótese não prevista no art. 70, I, do RITST. Incompetência funcional da SDC..	1054
3.2.	Reclamação.....	1058
CAPÍTULO II • PARTES E PROCURADORES DO PROCESSO DO TRABALHO.....		1065
1.	Sindicatos.....	1065
1.1.	Substituição processual	1065
1.1.1.	Legitimidade ativa ad causam. Horas extras excedentes à sexta diária....	1065
1.1.2.	Direito individual heterogêneo. Pedido de equiparação salarial em benefício de um único empregado	1067
1.1.3.	Substituição processual de um único empregado. Legitimidade ativa. Direitos individuais homogêneos	1072
1.1.4.	Representação sindical. Princípio da especificidade.....	1075
1.1.5.	Sindicato. Substituição processual. Execução. Fracionamento. Expedição de Requisição de Pequeno Valor. Possibilidade	1076
1.2.	Legitimidade	1112
1.2.1.	Nulidade de cláusula de convenção coletiva de trabalho. Sindicato representante da categoria econômica não subscrevente da norma coletiva.....	1112
2.	Representação	1115
2.1.	Irregularidade de representação	1115
3.	Honorários Advocatícios	1119
3.1.	Trabalhador portuário avulso. Honorários Advocatícios devidos pela mera sucumbência. Impossibilidade.....	1119
3.2.	Sindicato com base territorial diversa do local de prestação de serviços. Validade da credencial sindical. Verba devida	1124
3.3.	Retenção	1128
3.4.	Ação de indenização ajuizada na Justiça comum antes da EC 45/04. Honorários advocatícios. Mera sucumbência	1131
3.5.	Dedução de honorários advocatícios do precatório expedido em favor dos substituídos.....	1135
3.6.	Contrato celebrado pelo trabalhador diretamente com os advogados do sindicato por indicação da própria entidade de classe.	1137
3.7.	Procuração firmada em papel timbrado do sindicato. Validade.....	1141
4.	Sucessão processual	1144
4.1.	Eficácia do recurso interposto pelo sucedido excluído da lide.....	1144
5.	Advogado	1146

5.1. Sigilo profissional	1146
6. Espólio.....	1150
6.1. Legitimidade	1150
CAPÍTULO III • JURISDIÇÃO, AÇÃO E PROCESSO.....	1155
1. Atos processuais	1155
1.1. Citação	1155
1.1.1 Desnecessidade de citação pessoal.....	1155
2. Ação	1157
2.1. Condições da ação	1157
2.1.1. Interesse de Agir.....	1157
CAPÍTULO IV • AUDIÊNCIA.....	1161
1. Preposto.....	1161
1.1. Grupo econômico.....	1161
2. Atraso.....	1165
CAPÍTULO V • PROVAS	1177
1. Prova Testemunhal.....	1177
1.1. Indeferimento do pedido de intimação de testemunhas que não compareceram espontaneamente à audiência. Ausência não justificada	1177
CAPÍTULO VI • RECURSOS	1183
1. Pressupostos Recursais	1183
1.1. Depósito recursal e custas processuais.....	1183
1.1.1. Deserção. Depósito recursal efetuado no último dia do prazo recursal. Comprovação posterior. Greve dos bancários	1183
1.1.2. Entidade sem fins lucrativos, de interesse público e financiada por verbas públicas. Deserção. Afastamento	1185
1.1.3. Pagamento efetuado por apenas uma das empresas. Não aproveitamento pelos demais reclamados. Arguição de prescrição bienal. Extinção do processo com resolução de mérito. Equivalência à exclusão da lide.....	1188
1.1.4. Ação de cobrança de imposto sindical. Improcedência do pedido com condenação em honorários advocatícios. Inexigibilidade do depósito recursal no recurso ordinário	1193
1.1.5. Defeito formal. Preparo.....	1197
1.1.6. Conselhos de Fiscalização Profissional. Natureza jurídica de autarquia especial. Aplicabilidade dos privilégios concedidos à Fazenda Pública....	1206
1.1.7. Recolhimento em guia imprópria. Deserção configurada.....	1210
1.1.8. Petição com comprovante do pagamento do depósito recursal encaminhada via fac-símile no último dia do prazo. Juntada do original em cinco dias. Faculdade da parte	1215
1.1.9. Comprovante de recolhimento. Documento impresso em papel termossensível. Esmacimento dos dados entre a interposição do recurso e seu respectivo julgamento.....	1217
1.2. Tempestividade.....	1219

1.2.1.	Desistência dos embargos de declaração. Interrupção do prazo para interposição de outros recursos. Recontagem do prazo a partir da ciência da homologação da desistência	1219
1.2.2.	Início da contagem do prazo recursal.....	1223
1.2.2.1.	Não comparecimento à audiência de julgamento. Juntada da sentença aos autos no dia seguinte.....	1223
1.2.2.2.	Designação de nova audiência de prolação de sentença. Necessidade de intimação das partes.....	1226
1.2.3.	Recurso interposto na data da disponibilização do teor da decisão no DEJT. Lei nº 11.419/2006. Tempestividade.....	1228
1.2.4.	Carga dos autos. Ciência inequívoca dos termos da sentença. Início do prazo recursal. Deferimento do pedido de restituição do prazo pelo juízo de origem. Intempestividade do recurso	1231
1.2.5.	Decisão da Turma que, de ofício, constatou que os embargos declaratórios opostos perante o juízo a quo eram intempestivos ante a ausência de comprovação de feriado local	1233
1.3.	Interesse recursal.....	1237
1.3.1.	Terceirização. Reconhecimento de vínculo empregatício diretamente com a empresa tomadora dos serviços. Empresa prestadora de serviços. Interesse jurídico para recorrer.....	1237
1.3.2.	Multa do artigo 475-J do CPC. Inaplicabilidade ao processo do trabalho. Matéria remetida à fase de execução. Ausência de interesse recursal.....	1246
1.3.3.	INSS. Interposição de recurso ordinário contra sentença de mérito. Fase de conhecimento. Possibilidade. Terceiro prejudicado. Legitimidade e interesse recursal.....	1249
1.4.	Legitimidade	1253
1.4.1.	Erro na indicação do nome da parte. Ausência de prejuízo à parte contrária. Existência de outros elementos de identificação. Erro material....	1253
1.5.	Contrariedade a orientação jurisprudencial cancelada à época da interposição do apelo.....	1255
1.6.	Impugnação especificada	1257
1.7.	Regularidade formal.....	1260
1.7.1.	Transmissão via fac-símile. Absoluta coincidência com os originais juntados aos autos. Desnecessidade	1260
2.	Recurso Ordinário	1262
2.1.	Arguição de coisa julgada e juntada de documentos comprobatórios apenas em sede de recurso ordinário	1262
2.2.	Prescrição. Arguição na instância ordinária. Juntada de documento pela parte contrária em sede de recurso ordinário	1265
2.3.	Depósito recursal.....	1267
3.	Agravo de Instrumento.....	1268
3.1.	Tempestividade. Ausência de traslado da intimação pessoal da União. Presença de elementos que possibilitam inferir a tempestividade do recurso.....	1268
4.	Agravo Interno e Regimental.....	1270
4.1.	Princípio do contraditório no agravo regimental.....	1270
5.	Recurso de Revista.....	1274
5.1.	Cabimento.....	1274
5.1.1.	Análise prévia da legislação estadual pertinente.....	1274

5.1.2.	Divergência jurisprudencial. Exigência de confronto analítico entre as decisões discordantes.....	1277
5.1.3.	Recurso de Revista e lei processual no tempo	1281
6.	Embargos à SDI – Embargos de Divergência.....	1287
6.1.	Conhecimento	1287
6.1.1.	Arguição de contrariedade a súmula ou a orientação jurisprudencial de conteúdo processual. Possibilidade.....	1287
6.1.2.	Caracterização de divergência jurisprudencial. Aresto oriundo do Órgão Especial do TST. Inservível	1294
6.1.3.	Rito sumaríssimo. Admite-se, excepcionalmente, o conhecimento do apelo por contrariedade a orientação jurisprudencial, desde que tenha havido a conversão do verbete em súmula	1298
6.1.4.	Divergência jurisprudencial. Arestos inservíveis	1300
6.1.5.	Má aplicação de súmula ou orientação jurisprudencial cancelada ou com redação modificada, mas vigente à época da interposição do recurso.....	1303
6.1.6.	Fungibilidade. Embargos interpostos em face de acórdão proferido pela SBDI-II em julgamento de recurso ordinário em mandado de segurança.....	1306
6.1.7.	Embargos por contrariedade à súmula do TST	1309
6.	Sucedâneos recursais internos.....	1316
6.1.	Correição parcial.....	1316
CAPÍTULO VII • COISA JULGADA		1321
1.	Quitação ampla ao extinto contrato de trabalho. Nova reclamação pleiteando diferenças de complementação de aposentadoria.....	1321
2.	Execução. Coisa julgada. Correção monetária. Artigo 5º, XXXVI, da Constituição Federal.....	1323
3.	Execução. Compensação de progressões. Norma coletiva. Ofensa à coisa julgada. Contrariedade à OJ nº 123 da SBDI-II. Não configuração.....	1326
CAPÍTULO VIII • EXECUÇÃO.....		1331
1.	Custas.....	1331
1.1.	Recurso na execução	1331
2.	Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.....	1334
2.1.	Pedido de emissão de Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeitos de Negativa. Execução integralmente garantida por reclamada que requer exclusão da lide	1334
3.	Juros e Correção Monetária.....	1344
3.1.	Prestação de serviços iniciada antes da edição da Medida Provisória nº 449/2008 (convertida na Lei nº 11.941/2009). Fato gerador.....	1344
3.2.	Contribuição previdenciária. Fato gerador. Incidência de multa e juros de mora. Data da prestação dos serviços.....	1348
4.	Competência	1356
4.1.	Art. 475-P do CPC. Local dos bens passíveis de expropriação ou atual domicílio do executado.....	1356

4.2.	Ação em que se discute sanção aplicada por infração à legislação trabalhista a município que mantém vínculo de natureza estatutária com servidores admitidos em caráter temporário.....	1361
4.3.	Reconhecimento incidental da fraude contra credores.....	1364
4.4.	Acordo firmado em comissão de conciliação prévia. Contribuições previdenciárias.....	1369
4.5.	Execução individual movida por sindicato profissional. Foro competente.....	1378
4.6.	Ação de execução fiscal. Foro competente. Domicílio fiscal da empresa.....	1382
4.7.	Competência para os embargos à execução na execução por carta precatória.....	1384
4.8.	Carta precatória. Requerimento de alienação judicial perante o Juízo deprecante. Impossibilidade. Competência do Juízo deprecado.....	1387
4.9.	Execução por carta precatória. Penhora do bem imóvel situado fora dos limites territoriais do juízo onde tramita a execução.....	1390
4.10.	Carta precatória. Oitiva de testemunhas. Degravação de depoimentos audiovisuais. Competência do juízo deprecado.....	1392
5.	Multa em caso de não cumprimento espontâneo da obrigação.....	1398
5.1.	Multa do art. 475-J do CPC. Incompatibilidade com o processo do trabalho.....	1398
5.2.	Multa de 20% sobre o valor da condenação em razão do não pagamento ou de ausência de garantia da execução.....	1401
5.3.	Multa por descumprimento de obrigação de fazer (astreinte). Exigibilidade antes do trânsito em julgado.....	1403
6.	Execução Provisória.....	1408
6.1.	Art. 475-O do CPC.....	1408
6.2.	Indeferimento do prosseguimento até a penhora. Impossibilidade.....	1413
6.3.	Bens indicados à penhora insuficientes à garantia do Juízo. Penhora on-line de depósitos bancários.....	1415
6.4.	Determinação judicial de transferência para a Caixa Econômica Federal do valor depositado como garantia do crédito exequendo em conta poupança aberta em agência do banco executado. Abusividade.....	1420
7.	Cláusula Penal.....	1425
7.1.	Parcela recolhida a menor. Cláusula penal. Ausência de proporcionalidade entre valor inadimplido e a multa aplicada.....	1425
8.	Execução contra a Fazenda Pública.....	1429
8.1.	APPA. Forma de execução de créditos trabalhistas. Matéria encaminhada ao Tribunal Pleno. Orientação Jurisprudencial nº 87 da SBDI-I. Manutenção ou revisão.....	1429
8.2.	Sociedade de economia mista prestadora de serviço público. Atividade sem fins lucrativos e em ambiente não concorrencial. Regime de execução por precatório.....	1435
8.3.	Município. Precatório. Opção pelo regime especial de pagamento. Redução do percentual de comprometimento da receita líquida oriunda do Fundo de Participação dos Municípios. Impossibilidade.....	1439
8.4.	Fundação Padre Anchieta. Natureza pública. Execução pelo regime de precatórios. Possibilidade.....	1441
8.5.	Precatório. Juros da mora. Incidência no período compreendido entre os cálculos de liquidação e a expedição do precatório. Impossibilidade.....	1444
8.6.	Precatório sujeito ao regime especial. Art. 97 do ADCT. Período de graça. Juros de mora. Incidência.....	1449

8.7.	<i>Sindicato. Substituição processual. Execução. Fracionamento. Expedição de Requisição de Pequeno Valor. Possibilidade.</i>	1453
8.8.	<i>Execução. Fazenda Pública. Juros de mora. Alteração do percentual fixado na decisão exequenda. Impossibilidade. Ofensa à coisa julgada.</i>	1460
9.	Embargos de terceiro	1462
9.1.	Defesa da posse decorrente de instrumento particular de compra e venda desprovido de registro na matrícula do imóvel. Possibilidade	1462
9.2.	Coisa julgada	1468
10.	Atos expropriatórios	1474
10.1.	Transferência de valores remanescentes para execuções movidas contra empresa diversa. Necessidade de formação de grupo econômico ou existência de sucessão de empresas	1474
10.2.	Arrematação	1478
10.2.1.	Preço vil	1478
10.2.2.	Nulidade	1482
10.2.2.1.	Coproprietário de imóvel arrematado que não figura como parte no processo executório. Ausência de intimação.	1482
10.2.2.2.	Penhora de bem imóvel. Arrematação. Posterior constatação judicial de erro nos cálculos homologados. Nulidade de todos os atos executivos e expropriatórios fundados nos cálculos incorretos.	1485
10.2.3.	Complementação do valor do sinal após o prazo de 24 horas	1490
10.2.4.	Decisão que mantém arrematação de bem após homologação de acordo entre as partes. Existência de outras despesas processuais	1493
10.2.5.	Arrematação em hasta pública. Veículo com débito de IPVA. Sub-rogação no preço pago. Ausência de ônus para o adquirente	1493
10.2.6.	Penhora e arrematação de bem de terceiro estranho à lide. Ausência de intimação. Violação à garantia do contraditório e da ampla defesa. Nulidade do leilão e da carta de arrematação.	1496
11.	Fraudes do devedor	1499
11.1.	Fraude à execução	1499
11.1.1.	Desconstituição da penhora efetivada sobre bem imóvel. Aquisição ocorrida em momento anterior ao redirecionamento da execução ao sócio da reclamada. Adquirente de boa fé. Fraude à execução não configurada.	1499
11.1.2.	Bem imóvel alienado mediante alvará judicial e antes do reconhecimento do grupo econômico e inclusão das empresas na lide. Adquirente de boa-fé. Fraude à execução. Não caracterização	1506
11.1.3.	Venda de imóvel de sócio da empresa anterior à desconsideração da personalidade jurídica da devedora	1508
11.1.4.	Penhora não inscrita no registro imobiliário ao tempo da alienação do imóvel. Terceiro de boa-fé. Fraude à execução. Não ocorrência.	1513
11.2.	Fraude contra credores	1519
11.2.1.	Incompetência da Justiça do Trabalho	1519
12.	Imunidade	1520
12.1.	Estado estrangeiro	1520
13.	Liquidação de sentença	1527
13.1.	Liquidação por artigos	1527
13.2.	Interpretação do título executivo	1532

13.3. Prestações periódicas	1537
14. Penhora.....	1542
14.1. Poupança	1542
14.1.1. Penhora de até o limite de quarenta salários mínimos.....	1542
14.1.2. Conta poupança utilizada como conta corrente.....	1542
14.2. Percentual de pensão recebida pelo impetrante na condição de anistiado político....	1544
14.3. Penhora sobre parte dos salários ou de proventos de aposentadoria. Ilegalidade.....	1546
14.4. Bem de família.....	1547
14.4.1. Imóvel desocupado em razão de mudança provisória decorrente de problemas de saúde. Único imóvel da executada. Bem de família. Impenhorabilidade.....	1547
14.4.2. Imóvel destinado à moradia da família. Registro da condição de bem de família no cartório de imóveis. Desnecessidade.	1549
14.5. Determinação retenção de crédito da executada junto a terceiro. Legalidade. Efetividade da execução.....	1552
14.6. Medida liminar em reclamação correccional. Desmembramento de execuções unificadas pelo Juízo. Prosseguimento das execuções individualmente. Ordem de bloqueio de valores. Possibilidade. Inexistência de ofensa a direito líquido e certo.....	1556
14.7. Ato judicial que determina a transferência de saldo remanescente para a satisfação de execução pendente em outro juízo. Violação de direito líquido e certo. Excesso de penhora. Não configuração.....	1560
14.8. Mandado de segurança. Execução. Penhora do depósito recursal. Transferência para saldar execução em outro feito. Legalidade.....	1562
14.9. Descumprimento de ordem judicial. Penhora de dinheiro de instituição financeira. Impossibilidade.....	1565
14.10. Execução. Penhora integral de imóvel. Violação literal do art. 5º, XXII, da CF. Restrição à fração ideal do sócio-executado.....	1567
15. Prescrição	1570
15.1. Prescrição intercorrente.....	1570
16. Suspensão da Execução.....	1573
16.1. Parcelamento da dívida.....	1573
16.2. Recuperação judicial	1576
17. Remição da Execução.....	1580
17.1. Remição de bem imóvel pelo filho do sócio da empresa executada. Prevalência sobre a arrematação. Efeitos da praça sustados. Tempestividade da remição. Legitimidade do remitente	1580
17.2. Remição da execução pelo devedor realizada antes da assinatura do auto de arrematação.....	1585
17.3. Assédio processual.....	1588
CAPÍTULO IX • DISSÍDIO COLETIVO	1601
1. Dissídio de Greve.....	1601
1.1. Celebração de ajuste entre as partes. Ratificação do interesse na declaração de abusividade da greve	1601
2. Dissídio de Natureza Econômica	1601
2.1. Interesse de agir.....	1601
2.1.1. Dissídio suscitado pelo empregador	1601

2.1.2.	Homologação de instrumento coletivo privado	1607
2.1.3.	Dispensa em massa	1610
3.	Recursos no Dissídio Coletivo	1618
3.1.	Tempestividade	1618
4.	Sentença Normativa	1621
4.1	Caráter histórico reconhecido. Natureza da norma. Exaurida a finalidade. Exclusão da sentença normativa	1621
CAPÍTULO X • AÇÃO CIVIL PÚBLICA.....		1629
1.	Obrigação de fazer e condenação em pecúnia. Cumulação de pedidos. Tutela inibitória e dano moral coletivo	1629
2.	Prática de arbitragem nos dissídios individuais trabalhistas. Período posterior à dissolução dos contratos de trabalho. Inaplicabilidade.....	1632
3.	Pretensão de desconstituição de sentença proferida em ação civil pública. Autor afetado pelo provimento judicial coletivo	1637
4.	Efeitos da sentença. Alcance territorial	1640
5.	Multa diária. Aplicação por descumprimento futuro de obrigações de fazer e de não fazer. Possibilidade	1643
CAPÍTULO XI • AÇÃO RESCISÓRIA		1647
1.	Condições da Ação e Pressupostos Processuais.....	1647
1.1.	Legitimidade	1647
1.2.	Interesse de agir	1647
1.3.	Depósito prévio	1649
1.3.1.	Insuficiência	1649
1.3.2.	Reversão em favor do réu	1651
1.4.	Decisão rescindenda com fundamentação dúplice	1654
1.5.	Matéria de interpretação controvertida nos tribunais.....	1658
2.	Decisão de Mérito.....	1660
2.1.	Pretensão de inclusão de novos valores em cálculos já homologados. Preclusão consumativa. Questão meramente processual. Coisa julgada formal.....	1660
2.2.	Desconstituição de decisão proferida em embargos de terceiro. Possibilidade jurídica do pedido. Existência de coisa julgada material.....	1662
2.3.	Ação rescisória em face de atos judiciais que ordenam a penhora e a arrematação de imóvel considerado como bem de família.	1662
3.	Hipóteses de Cabimento	1668
3.1.	Violação de dispositivo de lei	1668
3.1.1.	Limitação da condenação ao valor indicado na petição inicial	1668
3.1.2.	Violação do art. 37, II, da CF	1674
3.2.	Colusão entre as partes	1676
3.2.1.	Sentença homologatória de conciliação em ação de cumprimento de convenção coletiva	1676
4.	Prazo para o Ajuizamento.....	1678
4.1.	Início do prazo. Terceiros que não participaram da relação processual. Propositura da ação por terceiro juridicamente interessado. Prazo decadencial	1678
4.2.	Início do prazo. Terceiros que não participaram da relação processual.....	1680
4.3.	Termo inicial. Decadência. Recurso ordinário intempestivo. Remessa necessária não conhecida.	1682

5.	Repetição de Indébito.....	1685
5.1.	Restituição de valores pagos por meio de precatório. Sentença desconstituída por ação rescisória.....	1685
6.	Ação Anulatória.....	1692
6.1.	Pretensão de desconstituição de sentença homologatória de cálculos de liquidação. Não cabimento.....	1692
6.2.	Ação cautelar incidental à ação anulatória. Cominação de multa por descumprimento de ordem judicial. Superveniência de decisão na ação principal. Cessaçã dos efeitos da medida cautelar.....	1696
6.3.	Legitimidade ativa da entidade sindical.....	1700
CAPÍTULO XII • MANDADO DE SEGURANÇA.....		1701
1.	Cabimento.....	1701
1.1.	Existência de recurso próprio.....	1701
1.2.	Decisão que determina a liberação dos depósitos recursais. Pedido de restituição. Inadequação da via eleita.....	1713
1.3.	Mandado de segurança. Cabimento. Indeferimento da desconstituição de penhora. Execução parcialmente garantida. Existência de dúvida acerca do cabimento de agravo de petição.....	1716
2.	Suspensão da Segurança.....	1722
2.1.	Nomeação compulsória de candidatos aprovados em concurso público. Identidade de atribuições entre terceirizados e concursados não comprovada. Limitação orçamentária. Suspensão deferida.....	1722
3.	Direito líquido e certo.....	1727
3.1.	Fere direito líquido e certo decisão que indefere pedido de antecipação de tutela sem o exame da existência ou não dos requisitos previstos no art. 273 do CPC.....	1727
3.2.	A demora injustificada da autoridade competente em providenciar laudos específicos e aptos a averiguar a submissão do impetrante a condições que prejudiquem a saúde ou a integridade física viola direito líquido e certo do requerente.....	1730
3.3.	Concurso público. Nomeação. Longo lapso temporal. Notificação pessoal. Publicidade e razoabilidade.....	1730
3.4.	Servidor público federal. Filho portador de deficiência. Jornada especial sem compensação de horário. Ausência de direito líquido e certo.....	1735
3.5.	Antecipação de tutela. Ato coator que proíbe o sindicato de qualquer intermediação de mão de obra entre avulsos e tomadores de serviço.....	1736
3.6.	Pedido de emissão de Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeitos de Negativa. Execução integralmente garantida por reclamada que requer exclusão da lide.....	1736
3.7.	Execução provisória. Indeferimento do prosseguimento até a penhora. Impossibilidade.....	1737
3.8.	Execução provisória. Bens indicados à penhora insuficientes à garantia do Juízo. Penhora on-line de depósitos bancários. Cabimento.....	1737
3.9.	Execução provisória. Determinação judicial de transferência para a Caixa Econômica Federal do valor depositado como garantia do crédito exequendo em conta poupança aberta em agência do banco executado. Abusividade.....	1741
3.10.	Direito líquido e certo à gratuidade de justiça.....	1747
3.11.	Penhora em conta poupança.....	1751
3.11.1.	Penhora em conta poupança até o limite de quarenta salários mínimos.....	1751

3.11.2. Conta poupança utilizada como conta corrente.....	1752
3.12. Penhora sobre parte dos salários ou de proventos de aposentadoria.....	1754
3.13. Execução. Decisão que mantém arrematação de bem após homologação de acordo entre as partes. Existência de outras despesas processuais.....	1756
3.14. Trabalhadora dispensada logo após retornar de afastamento previdenciário. Ato da empresa tido como tratamento discriminatório. Exercício abusivo do direito. Inexistência de direito líquido e certo à cassação da decisão antecipatória.....	1763
3.15. Ato coator que determinou o sobrestamento da reclamação trabalhista originária. Prazo legal extrapolado.....	1763
3.16. Autos de infração. Suspensão da aplicação de penalidade administrativa. Indeferimento de pedido de antecipação dos efeitos da tutela. Ausência de direito líquido e certo.....	1766
3.17. Exame do acervo probatório produzido. Cópia integral de autos. Ato coator não delineado.....	1768
3.18. Pedido administrativo de aposentadoria especial. Laudo técnico e decisão administrativa. Demora injustificada.....	1771
3.19. Acordos coletivos e convenções coletivas de trabalho. Ministério do Trabalho e Emprego. Depósito em papel. Recusa.....	1772
3.20. Desmembramento de execuções unificadas pelo Juízo. Prosseguimento das execuções individualmente. Ordem de bloqueio de valores. Possibilidade.....	1772
3.21. Ato judicial que determina a transferência de saldo remanescente para a satisfação de execução pendente em outro juízo. Violação de direito líquido e certo. Excesso de penhora. Não configuração.....	1773
3.22. Concessão de tutela inibitória fundada na existência de ações que revelam a prática reiterada da empresa em retaliar os empregados que ajuízam reclamação trabalhista.....	1773
3.23. Impugnação de decisão que não homologa integralmente o acordo firmado pelas partes.....	1778
3.24. Mandado de segurança. Cabimento. Exceção de pré-executividade. Rejeição. Teratologia do ato coator.....	1781
3.25. Pedido de antecipação de tutela. Indeferimento pelo juízo de origem. Presença dos pressupostos autorizadores da tutela antecipada. Mitigação da Súmula nº 418 do TST.....	1788
4. Prazo Decadencial.....	1793
4.1. Termo inicial.....	1793
4.1.1. Ordem de bloqueio em conta salário via sistema BacenJud. Exceção de pré-executividade rejeitada. Decadência. Termo inicial.....	1793
4.1.2. Decadência. Configuração. Penhora sobre 30% dos proventos de aposentadoria.....	1796
5. Prova Pré-Constituída.....	1797
5.1. Documentos digitalizados. E-DOC. Dispensa de autenticação. Lei n. 11.419/06. Ausência de assinatura e da data no ato impugnado original. Extinção sem resolução de mérito.....	1797
6. Recurso em Mandado de Segurança.....	1801
6.1. Legitimidade.....	1801
CAPÍTULO XIII • RECLAMAÇÃO	1805
1. Cabimento.....	1805

CAPÍTULO XIV • INFORMATIZAÇÃO DO PROCESSO JUDICIAL.....	1813
1. e-DOC. Arquivo corrompido. Deserção	1813
2. Embargos encaminhados via fac-símile e por meio do sistema e-DOC. Erro de formação. Responsabilidade exclusiva do usuário.....	1815
3. Recurso interposto via e-DOC. Ausência das folhas que trazem a identificação e a assinatura do advogado. Regularidade. Assinatura digital	1817
4. Peticionamento por meio eletrônico (E-DOC). Sistema indisponível na data do termo final do prazo recursal. Comprovação da indisponibilidade mediante prova documental superveniente. Possibilidade	1820
5. Recurso interposto na data da disponibilização do teor da decisão no DEJT. Lei nº 11.419/2006. Tempestividade	1824
6. Limitação ao número de páginas.....	1825
CAPÍTULO XV • PROCESSO ADMINISTRATIVO	1829
1. Magistrado.....	1829
1.1. Pena de censura.....	1829
ÍNDICE DE ASSUNTOS POR INFORMATIVO.....	1833
ÍNDICE POR MINISTROS.....	1845
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	1859